



Comissão Mista de Reavaliação de Informações

Reunião Ordinária

Decisão CMRI nº 302/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 23546.000228-2025-02 ☐

Órgão: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina ☐

Requerente: P. C. ☐ ☐

☐

RESUMO DO PEDIDO ☐

O cidadão solicitou o envio, por parte da UNIMED, de documento(s) que comprova(m) que a operadora recebeu valores de suas dependentes A. V. R. e D. A. P. no plano de saúde em 2023, como assim alega à Receita Federal.

RESPOSTA DO ÓRGÃO REQUERIDO ☐

A Universidade respondeu que não possui acesso à documentação solicitada, devendo o requerente entrar em contato diretamente com a Unimed Grande Florianópolis. Também forneceu os canais de comunicação com a operadora.

RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA ☐

O cidadão apresentou a seguinte manifestação: *“A resposta apresentada é inadequada, haja vista que não se embasa em justificativa legal. Considerando que a UNIMED é contratada pelo órgão, este deve providenciar o levantamento de informações junto à empresa”.*

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA ☐

O órgão considerou que a informação já foi atendida, conforme previsto na Súmula CMRI nº1/2015. A UFSC respondeu que não participa da emissão do documento solicitado. Também informou que o Demonstrativo de IR pode ser obtido por meio dos seguintes canais da UNIMED: Aplicativo Cliente UGF, conforme orientado no site institucional da empresa ([link](#)), onde o arquivo é gerado automaticamente; e SAC via WhatsApp no telefone 0800 048 3500, opção 7, onde será aberto um protocolo e o prazo de resposta é de cinco dias.

RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA ☐

O requerente apresentou a seguinte manifestação: *“A Súmula nº 1 de 2015 é utilizada de forma imprópria, haja vista que o órgão simplesmente indica os canais de comunicação da empresa contratada. Assim, não está sendo indicado qualquer procedimento específico, no âmbito da UFSC, para obtenção da informação solicitada”.*

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

Não foi localizada resposta na plataforma Fala.BR.

RECURSO À CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

O cidadão apresentou a seguinte manifestação: *“Notifico o descumprimento da Lei de Acesso à Informação por parte do órgão, em vista do não cumprimento do prazo de resposta ao recurso em 2ª instância relativo à presente demanda. Também reitero o pedido de informação nos mesmos termos iniciais”*.

ANÁLISE DA CGU

A CGU registrou que, embora tenha havida a alegação imprópria da Súmula CMRI nº1/2015, como bem assevera o recorrente, na verdade, a resposta fornecida foi no sentido de indicar e orientar sobre como a informação pode ser atendida. A Controladoria pontuou que a UFSC, amparada pelo artigo 11 da LAI, não está obrigada a fornecer informações que não estejam sob sua custódia ou que não tenham sido por ela produzidas. Orientou, outrossim, que o recorrente procurasse as informações junto à Operadora Unimed Grande Florianópolis. Assim, a CGU registrou que, a existência de uma parceria entre a administração pública e uma entidade prestadora de serviços de plano de saúde para aproximar e melhorar as condições desta contratação pelos colaboradores daquela, não substitui a relação particular entre as partes envolvidas, incluindo as informações sobre os respectivos pagamentos, de caráter estritamente pessoal, não se tratando, portanto, de informação pública a ser amparada pela LAI.

DECISÃO DA CGU

A CGU não conheceu do recurso, uma vez que a UFSC respondeu o pedido de forma objetiva. Nesse sentido, a Controladoria não verificou a ocorrência de negativa de acesso à informação, requisito de admissibilidade disposto no artigo 16 da Lei nº 12.527/2011, considerando que indicou o local onde o requerente poderá buscar as informações junto à uma entidade privada.

RECURSO À COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CMRI)

O requerente apresentou a seguinte manifestação: *“A informação solicitada à UFSC está relacionada à execução de contrato firmado com a UNIMED, que recebe subsídios públicos para a prestação de assistência à saúde dos servidores da Universidade; portanto, segundo o art. 2º da Lei nº 12.527/2011, os dispositivos da LAI, neste caso, são aplicáveis. A CGU, em julgamento ao recurso de 3ª instância, entende que não houve negativa de acesso; no entanto, discordo, haja vista que a informação jamais foi prestada. A UFSC simplesmente informa o óbvio – que não dispõe da informação – e notifica o solicitante que busque a informação junto à UNIMED, o que já foi feito, sem que houvesse retorno. Também, contrariamente ao que foi alegado pela UFSC, não há canais específicos para a obtenção de tal informação”*.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO À CMRI

Recurso não conhecido. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade e regularidade formal. Todavia, o requisito do cabimento não foi atendido, em razão de não ter havido negativa de acesso à informação.

ANÁLISE DA CMRI

Da análise dos autos, verifica-se que o órgão respondeu que não participa da emissão do documento solicitado, bem como forneceu os canais de comunicação com a operadora. Nesse sentido, esta Comissão corrobora do entendimento da Controladoria-Geral da União de que o art. 11, § 1º, inciso III da LAI c/c art. 15, §1º, incisos III e IV do Decreto nº 7.724/2012 prevê que não sendo possível a entrega da informação, o órgão deve comunicar que não possui a informação, indicando, se for do seu conhecimento, o órgão que a detém,

ou, ainda, remeter o requerimento a essa entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação, portanto, na forma como ocorreu no caso concreto. Também vale destacar que, embora o inciso III, do art. 7º da LAI estabeleça que o de acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter *"informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado"*, é necessário distinguir as informações relacionadas à execução do contrato administrativo (que são públicas) daquelas referentes às relações jurídicas de natureza privada da entidade com terceiros, regidas pelo direito civil e trabalhista (que não se submetem à Lei nº 12.527/2011). Logo, com base nas justificativas apresentadas pela Universidade Federal de Santa Catarina, a CMRI constata que não foi identificada negativa de acesso à informação, não sendo possível conhecer do recurso. Por fim, orienta-se o demandante que, caso deseje manifestar demonstração de insatisfação relativa à prestação de serviço público (reclamação), que poderá fazê-lo por meio do acesso à Plataforma Fala.BR, utilizando-se a opção adequada para tanto, nos termos da Lei nº 13.460/2017.

DECISÃO DA CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos da Ata da 145ª Reunião Ordinária, decide, por unanimidade, pelo não conhecimento do recurso, visto que não houve negativa de acesso à informação pedida, que é requisito de admissibilidade recursal, conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, c/c os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 04/08/2025, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima, Chefe de Gabinete**, em 05/08/2025, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA, Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves**, **Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO**, **Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis**, **Usuário Externo**, em 08/08/2025, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6819335** e o código CRC **6AF706EB** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0